


**O corpo negro na literatura
brasileira:
imagens de controle vs. o poder
da autodefinição**

The black body in Brazilian literature: images of control vs. the power of self-definition

El cuerpo como espacio de disputa: imágenes de control vs. el poder de la autodefinición

Juddy Garcez¹

 [0000-0003-0313-295X](https://orcid.org/0000-0003-0313-295X)

Resumo: Considerando que o corpo é tema central nos diferentes debates feministas, neste artigo tomo como base o caso brasileiro, fazendo uma análise comparada entre duas obras literárias: o livro *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato, e *Tudo nela brilha e queima*, de Ryane Leão. Busco articular essas leituras e os conceitos de imagens de controle, autodefinição e epistemicídio. Meu propósito é compreender como as imagens de controle, utilizadas como modo de separar mulheres negras em estereótipos, servem para categorizá-las em três principais categorias: as matriarcas, as mulas e as mulheres sexualmente desviantes de um determinado padrão, e encarcerá-las em um suposto destino corpóreo, ao mesmo tempo em que as afastam de uma experiência corporal autodefinida. Ao comparar as duas obras em questão, pretendo questionar a utilização de imagens de controle na literatura brasileira, trazendo à tona uma das ferramentas de combate a um racismo epistemicida, a potencialidade da autodefinição.

Palavras-chave: Imagens de controle. Epistemicídio. Autodefinição. Corpo. Literatura Brasileira.

Abstract: Considering that the body is a central theme in different feminist debates, in this article I take the Brazilian case as a basis, carrying out a comparative analysis between two literary works: the book “Histórias de Tia Nastácia”, by Monteiro Lobato, and “Tudo Nela Brilha e Queima”, by Ryane Leão. I seek to articulate these readings and the concepts of images of control, self-definition and epistemicide. My purpose is to understand how images of control, used as a way to separate black women into stereotypes, serve to categorize them into three main categories: matriarchs, mules and sexually deviant women from a certain standard, and imprison them in a supposed corporeal destiny, while at the same time moving them away from a self-defined bodily experience. By comparing the two works in question, I intend to question the use of images of control in Brazilian literature, bringing to light one of the tools to combat epistemic racism, the potential of self-definition.

Keywords: Control images. Epistemicide. Self-definition. Body. Brazilian literature.

Resumen: Considerando que el cuerpo es un tema central en diferentes debates feministas, en este artículo tomo como base el caso brasileño, realizando un análisis comparativo entre dos obras literarias: el libro “Histórias de Tia Nastácia”, de Monteiro Lobato, y “Tudo Nela Brilha e Queima”, de Ryane Leão, busco articular estas lecturas y los conceptos de imágenes de control, autodefinición y epistemicidio. Mi propósito es comprender cómo las imágenes de control, utilizadas como forma de separar a las mujeres negras en estereotipos, sirven para categorizarlas en tres categorías principales: matriarcas, mulas y mujeres sexualmente desviadas de un determinado estándar, y aprisionarlas en un supuesto destino corpóreo, al mismo tiempo que los aleja de una experiencia corporal auto definida. Al comparar las dos obras en cuestión, pretendo cuestionar el uso de imágenes de control en la literatura brasileña, sacando a la luz una de las herramientas para combatir el racismo epistémico: el potencial de la autodefinición.

Palabras-clave: Imágenes de control. Epistemicidio. Autodefinición. Cuerpo. Literatura brasileña.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Professora do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Paulista - UNIP. *Lattes:* [9434297777563296](https://lattes.cnpq.br/9434297777563296) - *E-mail:* juddygarcez@hotmail.com.



Introdução

Nos debates feministas, em especial aqueles feitos a partir da segunda metade do século XX, o corpo tem sido evidenciado como um espaço de disputas, sejam elas retóricas ou mesmo físicas, na sociedade moderna colonial. Tal discussão torna-se ainda mais proeminente quando questionamentos sobre a matriz colonial de poder emergem como uma crítica aos sistemas de modernidade e colonialidade (Ballestrin, 2013). Esses sistemas, que subjagam populações inteiras, são reflexos das hierarquias de poder que, se postas em um modelo piramidal, dispõem em suas bases populações femininas, negras e não-heterossexuais, para dizer o mínimo.

Assim, María Lugones (2014), expoente pensadora sobre a colonialidade de gênero, afirma que exercícios de poder concretos e intricadamente relacionados, lançam os fundamentos desse sistema de opressão. É possível aprofundar esse argumento, contudo: quando olhamos para as pensadoras feministas negras e as discussões que elas vêm trazendo há, pelo menos, cinquenta anos, encontramos teorizações e conceitos que são extremamente úteis para a pensar o problema do corpo negro feminino.

Antes de iniciar alguns breves comentários sobre quais conceitos e autoras utilizarei nesse diálogo que proponho aqui, explico seu propósito: considerando leituras recentes e debates que venho fazendo, tenho como objetivo neste artigo compreender como as imagens de controle servem para categorizar mulheres negras ao encarcerá-las em um suposto destino corpóreo ao mesmo tempo em que as afastam de um corpo autodefinido e experienciado. Argumento, principalmente, que as imagens de controle são utilizadas como uma forma de categorizar mulheres negras em estereótipos vinculados a três principais categorias, a saber (1) matriarcas ou *mammies* (ou amas de leite no caso brasileiro); (2) mulas; ou (3) mulheres “sexualmente denegridas”², o que serve tanto para subjugar-las social, política, econômica e culturalmente, quanto para impedi-las de se autodefinirem e transirem entre e para além das três “caixas” preestabelecidas.

Embora esse tema seja bem amplo e possa ser abordado de diferentes maneiras, a que adoto aqui será uma análise comparada das obras *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato, e *Tudo Nela Brilha e Queima*, de Ryane Leão, em articulação com os conceitos de

² Utilizo aqui o termo mulheres “sexualmente denegridas” apropriando-o, como o faz Patricia Hill Collins (2019), como uma provocação à forma como mulheres negras são estereotipadas.



imagens de controle, autodefinição e epistemicídio. Com relação às autoras que coloco em diálogo, são elas: Lélia Gonzalez (2020), Patricia Hill Collins (2019) e Grada Kilomba (2015; 2019). E por que essas autoras e não outras? Ora, certamente me apoio em outras pensadoras também, como é o caso de Sueli Carneiro (2005) e o seu feminismo enegrecido, em Gayatri Spivak (2010) e sua discussão sobre subalternidade e voz, e ainda em Winnie Bueno (2020), responsável por uma das principais análises do trabalho de Collins. Ainda assim, opto por me aprofundar em artigos das três primeiras autoras mencionadas pois acredito que suas discussões podem contribuir enormemente para pensarmos *imagens de controle, autodefinição e epistemicídio*.

Dividi o texto em duas grandes seções: a primeira nomeei *Imagens de Controle e Epistemicídio* e a segunda *De Monteiro Lobato a Ryane Leão: o poder da autodefinição*. Como toda pesquisa é, também, uma estória, utilizo aqui um modelo que se encaixa entre o academicismo mais tradicional e uma abordagem mais narrativa, objetivando mostrar as diferentes posições das quais falo, a saber, mulher branca brasileira pesquisadora e aficionada por literatura. Desse modo, na primeira seção falo um pouco sobre os conceitos, contextualizando também a posição das autoras analisadas neste debate. Na parte seguinte adentro na análise mais concreta das obras que trago aqui, um livro infantil de Monteiro Lobato, famoso escritor brasileiro que lia muito em minha infância e que ainda faz sucesso, apesar de já sabermos hoje de seus vínculos a entidades racistas, e uma obra de poesia, da poeta Ryane Leão, mulher negra brasileira que trata de temas relativos a racismo, empoderamento, sexismo e autodefinição.

Imagens de Controle e Epistemicídio

Não é nova a argumentação a favor de uma academia mais feminista. Eu poderia citar uma série de autoras ocidentais brancas anglo-saxãs para comprovar isso. Mas desejo, mais do que criticar a base epistemológica positivista e masculinista, colocar em xeque o silêncio que nós, as acadêmicas brancas, fizemos reinar nas discussões sobre gênero, corpo, classe, divisão sexual e tantas outras problemáticas sobre as quais já falamos várias e várias vezes utilizando um olhar embraquencedor.

Começo essa seção, portanto, com o questionamento da ativista Sojourner Truth (1851, s.p.): *E não sou uma mulher?* pois ela coloca em xeque tanto o racismo quanto o



sexismo, e, ainda mais urgente, desloca o suposto lugar da mulher enquanto sujeita única, desprovida de camadas de opressão interseccional, uma mulher que é universal, hierarquizada somente face ao homem e não a outras questões, tais como raça, classe, sexualidade, gênero etc. Ao nos perguntar se ela não é uma mulher, Truth (1851) evidencia o que seria também um dos maiores problemas do feminismo branco ocidental liberal: a falta de debates raciais e o que Spivak (2010) mais tarde virá a entender como o silêncio da subalterna, que se encontra cada vez mais distante da possibilidade de falar por si mesma.

A proposta que trago reside, então, exatamente em uma discussão mais específica sobre a fala, isto é, suas possibilidades e desafios: quem fala o quê, sobre quem, e como fala. É certo que quando Spivak (2010) escreveu seu texto *Pode o subalterno falar?* no início dos anos 1980, a resposta era “não”. Aliás, a resposta sempre foi e poderá continuar sendo “não”. Contudo, somente se aceitarmos as imposições feitas ao subalterno e não desejarmos ouvir a sua fala, porque ela pode não parecer muito alta, mas certamente existe.

E é aqui, nesse espaço de embate, que inicio a minha argumentação sobre as imagens de controle, conforme Patricia Hill Collins (2019) as pensa, para explicar o que entendo por fala e espaços a serem desafiados. Em um de seus vários artigos, a intelectual discute sobre a importância de mulheres negras encontrarem uma voz própria e serem capazes de expressar suas vivências e ressaltar suas realidades distintas, o que também pode ser vislumbrado na obra artística de Grada Kilomba:

Às vezes, receio escrever, a escrita se transforma em medo, pois não consigo escapar de tantas construções coloniais. Neste mundo, eu sou vista um corpo, que não pode produzir conhecimento, como um corpo ‘fora’ do lugar. Eu sei que enquanto eu escrevo, cada palavra que eu escolher será examinada e talvez até seja invalidada. Então, por que escrevo? Eu preciso. Eu estou incorporada em uma História de silêncios impostos, vozes torturadas, línguas interrompidas, idiomas forçados e discursos interrompidos. E eu estou cercada por espaços brancos, dificilmente posso entrar ou ficar. Então por que escrevo? Eu escrevo, quase como uma obrigação, para me encontrar. Enquanto escrevo, não sou a outra, mas o eu, não o objeto, mas o assunto. Eu me tornei a relatora e não a descrita. Eu me tornei a autora e a autoridade na minha própria história. Eu me tornei a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou. Eu me tornei eu (Kilomba, 2015, s.p., *tradução nossa*).³

³ Original: “Sometimes, I fear writing, writing turns into fear, for I cannot escape so many colonial constructions. In this world, I am seen as a body, that cannot produce knowledge, as a body ‘outside’ place. I know that while I write, each word I choose will be examined and maybe even invalidated. So, why do I write? I have to. I am embedded in a history of imposed silences, tortured voices, disrupted languages, forced idioms and interrupted speeches. And I am surrounded by white spaces, I can hardly enter or stay. So, why do I write? I write, almost as an obligation, to find myself. While I write, I am not the ‘other’ but the self, not the object but



A importância da fala, seja ela escrita, cantada ou realmente entoada, é ponto central no escape às imagens de controle e ao epistemicídio e rumo a uma maior, e mais forte, autodefinição. Mas no que consistem essas três categorias? Pretendo dissecá-las em partes, e começarei com a mais basilar delas: a de imagens de controle. Para Collins (2019), imagens de controle podem ser entendidas como imagens impostas sobre as mulheres negras, uma visão hierarquizante e subjugadora que as categoriza em ‘*mammies*’, ‘matriarcas’, ‘mães sob proteção de políticas de bem-estar’, ‘mulas’ ou ‘mulheres sexualmente denegridas’. “Mulheres afro-americanas concebem tais imagens controladoras não como mensagens simbólicas desencarnadas, mas como ideias designadas a conferir significado a nossas vidas cotidianas” (Collins, 2019, p.342).

A categoria definida por Collins (2019) pode ser resumida, então, como o estereotipamento de mulheres negras e a separação delas em caixas vinculadas ou a um suposto ideal de maternidade (servil e/ou forte) ou de sexualização, mas uma sexualidade degenerada e não prazerosa e uma maternidade que ou as torna cruéis ou servis. Pensando no âmbito brasileiro, e retomando a questão levantada por Truth (1851) sobre a sua identidade feminina, Sueli Carneiro (2019, p. 314) questiona e argumenta:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.

Ainda no caso brasileiro, é possível problematizar ainda mais as categorias definidas no âmbito das imagens de controle: para Lélia Gonzalez (2020), o mito da democracia racial, um discurso que assume a falsa noção de que no Brasil pessoas de diferentes “raças” coexistem em harmonia e vivem em igualdade, traz consigo o ocultamento da violência racial existente no país. Tal ocultamento culmina ou na “exaltação mítica da mulata” (Gonzalez, 2020, p. 82), o que coloca a mulher negra em uma posição de rainha e deusa oculta, ou então em um espaço de domesticidade, isto é, as mulheres negras brasileiras passam a ser vistas como “empregadas domésticas”.⁴

the subject. I become the describer and not the described. I become the author and the authority on my own history. I become the absolute opposition of what the colonial project has predetermined. I become me”.

⁴ Sobre as diferentes formas de ocultamento de mulheres negras, Gonzalez (2020) as define como sendo via negação (do estatuto de sujeito humano); ridicularização; neutralização (mobilização de sentimentos de vergonha sobre características físicas de pessoas negras); e folclorização (a mulher negra é transformada em heroína).



Para Winnie Bueno (2020), as imagens de controle consistem em uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo, que são simultâneos e interconectados. “São utilizadas pelos grupos dominantes como o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder” (Bueno, 2020, p. 74). Um ponto muito importante que a autora levanta é a noção de que as imagens de controle são construídas de forma a oferecer uma aparência de naturalidade e inevitabilidade.

Se somarmos tal ideia aos argumentos de Collins (2019) e Gonzalez (2020) sobre as categorizações das mulheres negras, então, é possível compreender que, fora do apagamento, elas só podem ser lidas como mães (*mammies*, matriarcas, mães sob proteção de políticas de bem-estar, amas de leite) e/ou mulas (‘empregadas domésticas’), duas categorias profundamente vinculadas ao cuidado de forma mais ampla, seja ele com pessoas e/ou com bens materiais; ou mulheres sexualmente desviantes (‘a mulata mística’, ou mulheres ‘sexualmente denegridas’). Às mulheres negras, dentro e fora da academia, sobra o apagamento ou a inclusão distorcida.

O conceito de imagens de controle se diferencia das noções de representações e estereótipo a partir da forma com que as mesmas são manipuladas dentro dos sistemas de poder articulados por raça, classe, gênero e sexualidade. [...]. Essas figuras, cuja gênese é o período escravocrata, continuam a ser reformuladas com o intuito de disseminar na sociedade contemporânea as justificativas que estruturam o sistema de vigilância e violência que atravessam o cotidiano das mulheres negras. (Bueno, 2020, p.74)

A problemática das imagens de controle, portanto, diz respeito aos temas de poder e dominação. Elas são uma das diversas ferramentas mobilizadas para subjugar as mulheres negras e restringir tanto seus corpos quanto produções, a espaços marcados por pressupostos definidos por uma elite que é branca e masculina. Winnie Bueno (2020), complementa a sua análise, ainda, ao afirmar que as imagens de controle são vitais para que os sistemas de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe, que são interconectados, “[...] perpetuem um simbólico estrutural que controla o comportamento de mulheres negras e sustenta as falácias da superioridade racial a partir da opressão de gênero” (Bueno, 2020, p. 75).

Entretanto, se a questão das imagens de controle surge como uma problematização da forma como enxergamos as mulheres negras como sociedade, carregada também em discussões acadêmicas e espaços de manifestação artística, debates sobre como romper com tal lógica aparecem em seguida, quiçá junto: para Collins (2019) é importante buscar a própria voz e resistir a esses estereótipos. A autora argumenta, ainda, que o tratamento dado



às mulheres negras, isto é, a criação de uma Outra invisível, de “excluídas-incluídas” (*outsider-within*), foi o que estimulou a criatividade de muitas delas.

Ao analisar alguns desses modelos de resistência, de busca pela própria voz, a autora identificou, dentre os muitos exemplos, (1) o relacionamento das mulheres negras umas com as outras; (2) a tradição do blues das mulheres negras; (3) e as vozes das escritoras negras. Em uma tentativa, bem-sucedida, de buscar compreender o poder da autodefinição, Collins (2019) atrela três pontos essenciais para as práticas feministas de mulheres negras estadunidenses: o pessoal, o artístico e o acadêmico literário.

No primeiro âmbito, a autora identifica a definição do Eu a partir da coletividade, ou seja, a formação da identidade individual a partir do diálogo e do relacionamento com outras mulheres negras. Já no segundo aspecto, “As letras cantadas por muitas das cantoras negras de blues desafiam as imagens controladoras definidas externamente usadas para justificar a objetificação das mulheres negras como o outro” (Collins, 2019, p. 345). Por fim, com relação ao terceiro modelo de resistência, a autora o vê como um modo que, embora necessário, em especial no que se diz a transposição da barreira da oralidade para o caráter textual, ainda é privilegiado e precisa ser melhor discutido.

Entendendo minha posição enquanto acadêmica e sabendo que tenho mais facilidade em debater sobre a terceira possibilidade de resistência às imagens de controle, nas próximas páginas trabalharei mais a fundo a questão da escrita de mulheres negras, em especial a de uma poeta brasileira. Embora eu vá me debruçar sobre tal temática na segunda seção desse artigo, ainda mais sabendo da importância da autodefinição no escape aos estereótipos das imagens de controle, tocarei agora, ainda que brevemente, na terceira categoria que pretendo debater aqui pois ela se vincula diretamente com a temática do silenciamento, da hierarquização e da escrita: o epistemicídio.

Conforme Kilomba (2019), a epistemologia acadêmica, isto é, a forma como o conhecimento é construído na Academia, o que abarca desde os temas até os métodos, metodologias e paradigmas que são estabelecidos, afoga toda uma sorte de novas linguagens e possibilidades, criando uma falsa homogeneidade que serve para preservar determinados interesses, a saber o da sociedade branca ocidental. Sendo assim, o epistemicídio é um dos mecanismos articulados no silenciamento das lutas contra os estereotipamentos das imagens



de controle, mas também das possibilidades de fala, tornando-se não apenas um desafio a ser superado, mas também um mal a ser expurgado.

De acordo com a pensadora Sueli Carneiro (2005), pautando-se no trabalho de Boaventura de Sousa Santos (1998), epistemicídio pode ser entendido como sendo a eliminação de povos com base em conhecimentos ‘estranhos’, sendo muito mais vasto que o genocídio, uma vez que

[...] ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, 1995, p. 328 *apud* Carneiro, 2005, p. 96)

De forma mais adensada, o conceito perpassa o campo político cultural: é um processo por meio do qual se mata ou se destrói o conhecimento feito por grupos socialmente subordinados. Ele ocorre como uma forma de manter essa subordinação, isto é, como um decreto final na caixa colonial imposta a esses grupos. Para Santos (1998, p. 208, *tradução nossa*), “Historicamente, o genocídio sempre foi associado ao epistemicídio. Por exemplo, na expansão europeia, o epistemicídio (destruição do conhecimento indígena) foi necessário para ‘justificar’ o genocídio do qual os indígenas foram vítimas”.⁵

Sendo o epistemicídio um dos “[...] instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial [...]” (Carneiro, 2005, p. 96), para deslocarmos as imagens de controle também é necessário que façamos mudanças radicais nos modos de combate vigentes: se os corpos das mulheres negras são lidos como não acadêmicos, como “fora do lugar” (Kilomba, 2019, p. 57), como então trazê-los para ocupar espaços que são intrinsecamente excludentes? Kilomba (2019) defende que é imprescindível construirmos uma epistemologia inclusiva, que abarque o pessoal e o subjetivo por meio de uma linguagem que seja capaz de transgredir o padrão estabelecido, uma vez que não há discursos neutros.

Para Collins (2019), a identidade é um dos pontos-chave na partida para a autodefinição e o combate ao epistemicídio. Falar de si com sua própria voz, utilizando suas próprias palavras, é um dos pilares para o combate ao epistemicídio e ao silenciamento das

⁵ Original: “Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesario para ‘justificar’ el genocidio del que fueron victimas los indígenas”



vozes subalternas. “Nesse processo, a jornada das mulheres negras passa a compreensão de como nossas vidas pessoais têm sido fundamentalmente moldadas por opressões de raça, gênero, sexualidade e classe que se interseccionam” (Collins, 2019, p. 346). Nesse sentido, autodefinir-se implica, também, no questionamento sobre a legitimidade de quem possui a autoridade para definir as mulheres negras de forma controladora.

Ainda assim, temas relativos a autodefinição, autovalorização e empoderamento pessoal na academia ainda são marginalizados. Conforme a autora, não há destaque em boa parte do pensamento feminista negro estadunidense na esfera acadêmica, e sair em busca da linguagem, da voz e escapar o silenciamento do tema da autodefinição, pode ser uma saída tanto individual quanto coletiva. “Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas conseguiram persistir e ‘encontrar um caminho onde não havia saída’. Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição” (Collins, 2019, p. 352).

Desse modo, buscando um melhor entendimento sobre o poder da autodefinição, na seção seguinte, o meu principal objetivo será debater os dois principais pontos acerca das temáticas que propus, isto é, as possibilidades de combate as imagens de controle e seus desafios, em um exercício metodológico de leitura comparada entre duas obras literárias de diferentes épocas e gêneros: um livro escrito por Monteiro Lobato, *Histórias da Tia Nastácia*”, que ganhei e li quando tinha cinco anos e sempre me marcou muito, e um livro de poesias produzido por Ryane Leão, *Tudo nela brilha e queima*, que tive contato há alguns anos quando já estava mais imersa em leituras feministas e emancipatórias.

De Monteiro Lobato a Ryane Leão: o poder da autodefinição

Conforme já comentei, nesta seção pretendo discutir os principais pontos dos livros *Histórias de Tia Nastácia*, de Monteiro Lobato, para melhor entender como a construção das imagens de controle se deu na literatura brasileira por meio deste exemplo, e, em contrapartida, *Tudo nela brilha e queima*, de Ryane Leão, objetivando compreender como saímos de um espaço hierarquizante para um melhor autodefinido, combativo e anti-epistemicida por meio da poesia de uma mulher negra. Em paralelo a isso, pretendo entender como a categoria de mulher mãe negra, que aparece em duas das categorizações imagéticas controladoras, surge e se propaga no Brasil, e é posteriormente combatida.



Antes de prosseguir com a minha argumentação, faço aqui um breve aviso: não é o meu objetivo, neste artigo, fazer uma análise literária ou me aprofundar no universo de livros infantis. A discussão que pretendo fazer se aproxima muito mais de uma análise do modo como a sociedade brasileira incorporou – e, posteriormente, resistiu – a questão das imagens de controle exercidas sobre mulheres negras. Os livros que analiso são veículos que ecoam os símbolos sociais, não sendo eles, em si, o objeto principal da minha atenção.

Confesso que a escolha das obras se deu muito mais a partir de um desejo pessoal de me conectar com leituras que faço fora da academia. A extensa obra lobatiana certamente carrega consigo inúmeros excertos racistas, xenofóbicos e preconceituosos de modo mais amplo. Eu poderia encontrar em outros livros do autor pedaços de texto que ressaltariam muito mais o argumento que pretendo fazer. Contudo, trago o *Histórias de Tia Nastácia* pois esse foi um dos primeiros livros que ganhei e que consegui ler sozinha, aos cinco anos, e que já reli diversas vezes ao longo da minha vida. Algo sempre me incomodou nele, ainda que eu não soubesse muito bem apontar o quê. Isso, claro, até que eu me deparasse com debates raciais mais profundos e começasse finalmente a entender as (não tão) sutis posições de Lobato. Portanto, acredito que esse livro seja uma boa fonte de revisitação do passado, uma vez que eu, assim como muitas outras crianças, crescemos tendo contato com esse tipo de literatura.

Dito isso, diferentes são os textos que discorrem acerca do racismo presente em obras literárias no Brasil (Habib, 2003; Proença Filho, 2004; Chiaradia, 2008; Araujo, 2018; Hansen, 2022) Muitos deles, de fato, versam sobre a obra lobatiana mais a fundo e buscam entender como a imagem da população negra foi e é trabalhada na literatura brasileira, em especial na esfera infantil. Ainda assim, pouco se fala⁶ sobre como a categoria pensada por Collins (2019) e Gonzalez (2020) pode ser útil no mapeamento das categorizações das mulheres negras brasileiras, e as consequentes possibilidades de resistência que advém de tal reconhecimento.

Assim, para dar início a minha análise, contextualizo brevemente o primeiro livro que pretendo analisar: *História de Tia Nastácia*. O livro, publicado pela primeira vez em 1937 e escrito por Monteiro Lobato, narra a contação de histórias de folclore feita pela personagem Tia Nastácia (posteriormente Tia Anastácia), uma mulher negra que trabalha como

⁶ Como comentarei mais adiante, há trabalhos que versam sobre o tema, focando especialmente nas obras de Conceição Evaristo. Infelizmente, eles ainda são escassos.



empregada doméstica no Sítio do Pica-Pau Amarelo, aos personagens Pedrinho, Narizinho e Emília, havendo também diálogos com a personagem dona Benta, dona do Sítio em questão.⁷

No livro de 77 páginas, cuja edição que possuo foi publicada pela editora Brasiliense pela primeira vez em 1995, 43 contos folclóricos são contados em meio a diálogos entre os cinco personagens que já citei. O meu foco de análise se deu nos curtos diálogos que aparecem no início, no final ou em ambos os momentos de cada conto. Ao longo dos 44 capítulos da obra, Tia Nastácia, embora seja a narradora de 36 dos 43 contos presentes no livro, aparece somente 16 vezes com falas que vão além de suas histórias, e 10 vezes é citada ou adereçada pelos demais personagens.

De modo geral, as falas que Tia Nastácia profere não são a parte mais relevante em minha análise, uma vez que em sua maioria são relacionadas ou com os contos narrados ou com o comportamento das crianças naquela situação, carregado de críticas e/ou pedidos de novos comentários. Tal fato, por si só, já ilustra a impossibilidade de autodefinição da personagem. No entanto, há pontos ainda mais graves que surgiram em minha análise. O primeiro deles se refere à forma como Tia Nastácia é tratada.

Ainda que sua figura seja associada a uma contadora de histórias, um papel quase “maternal” se partirmos do papel do cuidado na sociedade em questão, o tratamento por ela recebido escapa àquele destinado a alguém que se ama. Já na primeira página, há a associação da Tia com Esméria, uma mulher escravizada pelo avô de Pedrinho:

As negras velhas – disse Pedrinho – são sempre muito sabidas. Mamãe conta de uma que era um verdadeiro dicionário de histórias folclóricas, uma de nome Esméria, que foi escrava de meu avô. Todas as noites ela sentava-se na varanda e desfiava histórias e mais histórias. Quem sabe se Tia Nastácia não é uma segunda tia Esméria? (Lobato, 2001, p. 7).

Em outro momento, é dona Benta quem demonstra a ridicularização do povo, em especial da mulher negra:

- Sim – disse dona Benta. - Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo... Que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulteradas ainda (Lobato, 2001, p. 18).

Até mesmo Emília, uma personagem que é uma boneca de pano, profere críticas e falas violentas contra Tia Nastácia em mais de um momento. No mesmo contexto acima,

⁷ Todos os personagens fazem parte do universo literário criado por Monteiro Lobato, inspirado em vivências e leituras pessoais do autor.



aparece: “- Pois cá comigo – disse Emília – só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras – coisa mesmo de negra beijuda, como tia Nastácia. [...]” (Lobato, 2001, p. 18-19). Mais adiante, ela ainda assevera: “Tudo bobagens de negra velha. Nessa história vejo uma feira de negras velhas, cada qual mais boba que a outra – que vão passando a história para diante, cada vez mais atrapalhada” (Lobato, 2001, p. 21).

Ainda com relação ao primeiro ponto de atenção nessa análise, o do tratamento oferecido a Tia Nastácia, a negação do estatuto de humanidade da personagem fica evidente ao compararmos dois diálogos distintos. O primeiro deles, ocorrido entre Pedrinho e Emília: “- E eu – disse Pedrinho – fiquei com vontade de comer mandioca cozida, da bem enxutinha, com melado de rapadura. Upa! É uma coisa da gente lamber os beiços. - Beiço é de boi – protestou Emília. - Gente tem lábios” (Lobato, 2001, p. 46). e o segundo, entre Emília e tia Nastácia: “- Bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe? Todos os viventes têm o mesmo direito à vida e, para mim matar um carneirinho é crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!” (Lobato, 2001, p. 52-53)

O segundo ponto de atenção em minha análise, e que já indica também o papel da tia Nastácia como uma “mula”, no sentido de que é apta apenas para trabalhos físicos e não na produção ou mesmo reprodução de conhecimento, é o modo como vai sendo construída uma narrativa, ao longo de todos os capítulos do livro, de que o povo brasileiro é aculturado, em especial a população negra e indígena, posicionadas em um local de ingenuidade.

Novamente, a personagem Emília surge com falas problemáticas. Já no início, ela afirma: “Eu, francamente, passo essas tais histórias populares. Gosto mas é das de Andersen, das do autor do Peter Pan e das do tal Carroll, que escreveu *Alice no País das Maravilhas*. Sendo coisas do povo, eu passo [...]” (Lobato, 2001, p. 15, *italico no original*).

Mais adiante, embora a personagem Narizinho ressalte preferir as histórias dos negros em detrimento das dos indígenas, “- Pobres índios! - exclamou Narizinho. - Se as histórias deles são todas como essa, só mostram muita ingenuidade. Acho que os negros valem mais que os índios em matéria de histórias [...]” (Lobato, 2001, p. 47), um diálogo entre Narizinho e dona Benta explicita novamente o desprezo pelas histórias negras: “- Esta histórias se



parece com as nossas daqui – disse Narizinho. - Bem bobinha. - Sim, mas que havemos de esperar dos pobres negros do Congo? Sabem onde é o Congo?” (Lobato, 2001, p. 71).

E assim, de modo não tão sutil, vão sendo desenredados os artifícios racistas que subjagam as mulheres negras, aqui compreendidas na personagem da tia Nastácia. No texto lobatiano que examinei, fica claro o papel da personagem negra: o de ser uma mula, com um quê de *mammie*, ou mulher, ama de leite, contadora de histórias. A ela é dado esse local de subalternidade e a sua ausência só é mitigada por uma presença que é um misto de negação (do estatuto de humanidade), ridicularização (do seu suposto analfabetismo e crenças ancestrais) e de neutralização (mobilização de vergonha sobre seus traços naturais), conforme pensado por Gonzalez (2020).

À tia Nastácia não é permitido escapar dessas imagens, mesmo quando tenta aceitar o seu papel como forma de participar da narrativa, como pode ser observado neste excerto:

- E os tais pássaros de pluma? - disse Narizinho. - Que é que entende você por pássaros de pluma, Nastácia?
- Não sei, menina – respondeu a preta. - A história eu ouvi assim e por isso conto assim. Pássaro de pluma é pássaro de pena, parece.
- E já viu pássaro que não seja de pena, sua tola? - disse Emília. - O que vale é que você mesma confessa não ter culpa das idiotices da história, senão eu cortava um pedaço dêsse beijo [...] (Lobato, 2001, p. 21).

O epistemicídio aparece, então, de mãos dadas com as imagens de controle como forma de criar um ambiente subjagador de mulheres negras, colaborando tanto para a sua subalternização física quanto intelectual. Retomando aqui o questionamento de Spivak (2010), “e pode o subalterno falar?”, na sociedade brasileira de Lobato certamente não. Nesse sentido, ao retirarmos a lente dos livros e colocarmos na sociedade brasileira de modo mais amplo, é possível verificar que as imagens de controle e o epistemicídio são artifícios poderosos para marginalizar e dominar as mulheres negras, estereotipando-as e as impedindo de usarem suas vozes.

Contudo, apesar da força que tais mecanismos de controle exercem, a resistência é possível. Collins (2019) destaca três dos possíveis caminhos: as relações entre as mulheres negras; as mulheres negras compositoras e cantoras de *blues*; e as vozes das escritoras negras. Como já expliquei, pretendo trabalhar com a última categoria, a relativa a voz de uma escrita negra: Ryane Leão.

Aqui, faço novamente uma pausa para explicitar, ainda que brevemente, o motivo da minha escolha de analisar o livro dessa poeta. Como já mencionei, pretendo me engajar com



leituras que faço fora do âmbito acadêmico no sentido mais tradicional. Assim, embora não faça parte sequer da mesma categoria de livros que Monteiro Lobato, o texto de Leão faz parte de minha jornada enquanto leitora, em especial considerando que, ao ler seu livro, eu já estava mais velha, já me considerava uma feminista e que possuía interesses em debates interseccionais. Certamente essas duas escolhas aqui são arbitrárias: estou me baseando em leituras pessoais, mas que, de algum modo, acredito que possam ser colocadas em diálogo, principalmente por serem expoentes de seus respectivos tempos e momentos sociais; de seus autores; e de suas categorias literárias que, embora díspares, carregam consigo os próprios interesses de seus autores.

Com relação a Ryane Leão, não me lembro a primeira vez que me deparei com esta poeta. Certamente foi em alguma rede social, algum pequeno verso de seus escritos apareceu em minha frente e eu me apaixonei. E Ryane Leão me parece ter como objetivo propagar suas poesias como forma de empoderamento, ainda que a autora não utilize especificamente esse termo. Em seu primeiro livro, *Tudo nela brilha e queima*, que possui 196 páginas e foi publicado pela primeira vez em 2017 pela editora Planeta do Brasil, a autora compartilha pedaços de sua vida e sentimentos como forma de compreender e ressignificar suas experiências enquanto mulher negra. É seu objetivo que seu “[...] livro ficasse exatamente assim: pudesse abraçar a gente” (Leão, 2017, p. 196).

Assim como o livro de Lobato (2001) não tem como foco a propagação de estereótipos racistas, embora o faça com alarmante frequência, o livro de Leão (2017) não tem como alvo a resistência às imagens de controle de forma aberta, ainda que, nas entrelinhas, isso possa ser facilmente notado. Os ecos do combate ao epistemicídio podem ser observados na própria escrita dos poemas, uma vez que quem os produziu foi a própria autora, que ao longo do texto traz à tona o seu Eu pessoal, a sua voz.

Começo a análise da resistência de Ryane (2017) trazendo um de seus poemas que mais ilustra a conexão entre os diferentes modelos propostos por Collins (2019):

tocava blues na única barraca da praia
ma rainey
nina simone
b. b. king
ella fitzgerald
me senti livre
com o sol batendo na cara
e lá eu também perdi o medo do mar
entrei na água com o céu caindo, todo laranja



e soube que dessa vez eu não me afogaria
soube que nunca mais vou me afogar (Leão, 2017, p. 33).

Nesse trecho é possível verificar a fuga das imagens de controle por meio da escuta do *blues* de mulheres negras, e a sua libertação que surge por meio da percepção de que essas mulheres também estavam resistindo de certa forma. Conforme Collins (2019, p.3 48), “Em suas músicas de blues, as mulheres negras também ressaltaram a importância da autodefinição como parte da jornada que sai da vitimização na direção de uma ‘mente livre’”.

O combate aos estereótipos, entretanto, não é simplesmente dado: ele é conquistado. Para Kilomba (2019, p. 47), “[...] a posição da subalterna com sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para a articulação das mesmas”. A criação de ambientes seguros que Leão (2017) faz é, portanto, imprescindível. Em outro excerto, a autora busca combater o epistemicídio propagado há anos por meio de um convite feito a outras mulheres para também utilizarem suas vozes:

meu recado às mulheres
contem
suas histórias
descubram o poder
de milhões de vozes
que foram caladas
por séculos (Leão, 2017, p. 53).

A abertura de espaços seguros é uma marca no discurso de Leão (2017), como pode ser observado. De acordo com Collins (2019, p. 345), “Esses espaços ao mesmo tempo tiram as mulheres negras da vigilância e fomentam condições para autodefinições independentes por parte das mulheres negras”. Para a pensadora, os espaços seguros são locais livres da vigilância dos grupos mais poderosos, mas não devem ser encerrados neles mesmo, criando algum tipo de separação. Eles não devem ser um modo de vida, mas um mecanismo, entre tantos outros, pensando para a promoção do empoderamento de mulheres negras e de suas habilidades de participação em projetos de justiça social.

Collins (2019) relembra, ainda, que o trabalho das cantoras negras de *blues*, bem como das escritoras negras, são dois bons exemplos do modo como as ideias fomentadas nesses espaços passaram a ter uma boa recepção para além das comunidades de mulheres negras. Assim, a obra de Leão (2017) também atua como uma convocação, como já demonstrei, para o empoderamento de outras mulheres que estão fora desses ambientes.



A sua crítica aos estereótipos racistas e sexistas, à separação de mulheres negras em caixas como as de mães, mulas ou mulheres sexualmente “denegradas”, é uma temática recorrente ao longo de seu livro, como pode ser notado no poema a seguir:

eu não quero que nossos filhos tenham
o seu nariz largo e a sua boca carnuda
eu ouvi e concordei em deixar você
tentar me moldar em um padrão
no qual eu não caberia
você até sugeriu que eu usasse
um prendedor de roupas no rosto
ou que eu guardasse dinheiro
pras plásticas que apagariam
todos os meus traços de mulher negra
uma lembrança tão agressiva
que me apavora
e tem gente que me pergunta
se foi fácil romper silêncios (Leão, 2017, p.122).

Se observarmos o poema atentamente, vemos que alguns marcadores físicos e sociais são apresentados pela autora, como em um diálogo com um antigo parceiro: características de sua pele, de seu corpo, em especial seu nariz e sua boca. Nesse sentido, de Lobato a um dos “personagens” de Leão quase nada mudou: a neutralização (Gonzalez, 2020) ainda aparece como um dos modos de estereotipar mulheres negras e anulá-las. O que é inovador, entretanto, é a força que Leão (2017) adquire para finalmente combater tais subjugações, é a resistência que ela faz.

A caminhada rumo a autodefinição é um ponto necessário no combate às imagens de controle e ao epistemicídio. Para Collins (2019), é imprescindível a sobrevivência das mulheres negras a capacidade de autodefinição. É a definição do “Eu” não como forma de egoísmo, mas como um modo de compreensão de quem se é e se inserção social. “Ao invés de definir o eu em oposição aos outros, a conectividade entre indivíduos permite que as mulheres negras possam ter autodefinições mais profundas e mais significativas” (Collins, 2019, p. 249).

O papel da identidade torna-se chave nesse contexto: ela é o ponto de partida para uma compreensão das opressões acumuladas que mulheres negras sofrem. O sofrimento partilhado, a dor do racismo, do sexismo e dos problemas de diferença de classe, tornam-se um ponto em comum para a autodefinição, para o encontro de uma voz que apesar de única, ecoa a coletividade. Tal conexão coletiva é também expressa na ancestralidade, conforme trecho a seguir:



olhe todas as que vieram
antes de nós
não há segredo
a potência de ser mulher
atravessa suas veias
somos fortalezas (Leão, 2017, p. 127).

Com frequência, como o trecho anterior e os demais nos mostram, os três modelos de resistência propostos por Collins (2019) se entrelaçam: “Tradicionalmente, quando tomadas em conjunto, as relações das mulheres negras umas com as outras, a tradição do blues das mulheres negras e o trabalho de escritoras negras criaram o contexto para se produzir alternativas às imagens dominantes da condição de mulher negra” (Collins, 2019, p. 348).

Desse modo, o que a poesia de Ryane Leão (2017) nos mostra é um amálgama entre três possibilidades de resistência às imagens de controle e ao epistemicídio por meio da autodefinição, em última instância, e da operacionalização de sua voz na escrita, de seu contato com as mulheres negras do *blues* e do seu relacionamento ancestral com outras mulheres negras.

Por fim, a ressignificação no âmbito mais corporal aparece, ainda, uma vez mais:

prólogo

maya angelou
dizia afiar o lápis
em suas cicatrizes
antes de escrever
é assim mesmo
a poesia estanca a minha ferida
e a de quem lê (Leão, 2017, p. 162).

As conexões entre a fala, a escrita, a voz e o corpo ressurgem, então, como um meio de empoderamento e autodefinição. Como uma forma de combater o que Kilomba (2019, p. 51) denuncia: “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas [...]”

Destarte, no caminho que abarca oitenta anos desde a primeira publicação de *História de Tia Nastácia* em 1937 até a primeira impressão de *Tudo nela brilha e queima* em 2017, isto é, a trilha de Lobato (2001) a Leão (2017), é possível observar que, se inicialmente o contexto social brasileiro era reverberado na literatura por meio da subjugação de mulheres negras através das imagens de controle do epistemicídio, com comentários marcadamente racistas e sexistas, atualmente as mulheres negras conseguiram espaço na literatura, podendo



autodefinir-se e empoderar a si mesma e a outras mulheres negras, ainda que as imagens de controle ainda insistem em existir.

Todavia, as imagens de controle ainda são perpetuadas no imaginário social, como Leão (2017, 2017, p. 122) ressalta em um de seus poemas: “eu não quero que nossos filhos tenham o seu nariz largo e a sua boca carnuda [...]”. O combate que a autora faz é no sentido, então, de mitigar esse tipo de preconceito e hierarquização. Desse modo, a autora está em consonância com os entendimentos de Collins (2019, p. 352) quando ela diz que: “Entrelaçada a esses esforços históricos e contemporâneos de autodefinição está a busca para sair do silêncio em direção à linguagem e, em seguida, à ação individual e em grupo. Nessa busca, a persistência é um requerimento fundamental para enfrentar a jornada”.

Considerações Finais

Nesse breve artigo busquei operacionalizar os conceitos de *imagens de controle*, *epistemicídio* e *autodefinição* como forma de compreender tanto a hierarquização das mulheres negras por meio de estereotipamentos, quanto algumas possibilidades de resistência face às opressões por elas experienciadas. Inicialmente argumentei, conforme uma das principais intelectuais dos estudos interseccionais, que as imagens de controle são artifícios que separam as mulheres negras em três pequenas caixas: a de mães (sejam elas amas de leite, mulheres em dependência de políticas sociais, ou *mommys*), a de mulas (tais como a empregada doméstica), ou mulheres sexualmente ‘denegridas’.

Em seguida, perpassei a questão do epistemicídio, outro mecanismo utilizado no silenciamento de perspectivas e vivências negras e subalternas, um aparato que atua por meio do impedimento de escuta das vozes de pessoas que desejam falar sobre si mesmas em seus próprios termos. Nesse contexto, o epistemicídio vem como um modo de apregoar as imagens de controle: enquanto o estereotipamento coloca cada mulher negra em uma cela, o epistemicídio as impede de sair desses espaços.

Dando mais um passo rumo à crítica a esse tipo de subalternização no âmbito brasileiro, analisei dois textos, uma obra de um renomado autor infantil e o livro de uma poeta negra contemporânea. Meu principal objetivo, ao observar os dois escritos, foi o de ver um retrato da operação das imagens de controle e do epistemicídio na sociedade brasileira em dois momentos distintos, separados por cerca de oitenta anos.



A minha busca por essa fotografia não foi somente para entender como operavam e ainda atuam os artifícios racistas e sexistas: procurei também coletar as possibilidades de resistência das mulheres negras, em especial aquelas que surgem por meio da escrita e do encontro, mas acima de tudo da escuta, da própria voz rumo a uma autodefinição empoderadora.

Finalizando, ao articular os conceitos que propus com a análise comparada de distintas autoras e textos, percebi que, se um primeiro momento as possibilidades de resistência às imagens de controle e ao epistemicídio eram, de certa forma, inimagináveis, atualmente alguns espaços seguros já foram e seguem sendo construídos, em especial por membras da comunidade negra. A luta não está ganha, contudo: os cenários sociocultural e político brasileiros ainda marginalizam a mulher negra, com uma intensidade exacerbada no nível acadêmico. É nosso dever enquanto acadêmicas, então, combater esse tipo de opressão nos espaços que construímos.

Referências

Araújo, Débora Cristina. de. As relações étnico-raciais na Literatura Infanto Juvenil. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, 2018.

Ballestrin, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, 89-117.

Bueno, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

Carneiro, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2005.

Carneiro, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

Chiaradia, Kátia. **Ao amigo Franckie, do seu Lobato**: estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Franckie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo (1936) e O Poço do Visconde (1937). Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2008.



Collins, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: o poder da Autodefinição. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 341- 352.

Gonzalez, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Rios, Flávia. & Lima, Márcia. (Orgs.) **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

Habib, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação**. Dissertação (Mestrado em História Social): Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2003.

Hansen, Patricia Santos. Nação, infância e seus outros: literatura infantil brasileira do século XIX ao início do XX. **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 91, p. 263-285, 2022.

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Kilomba, Grada. While I write. [Youtube](#), 2015.

Leão, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

Lobato, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. São Paulo: Editora brasiliense, 2001.

Lugones, Maria. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 4, p. 935-952, 2014.

Proença Filho, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004.

Santos, Boaventura de Sousa. **La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: IISA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

Spivak, Gayatri C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Truth, Sojourner. E não sou uma mulher? [Geledés](#), 2014.

Submetido em: 19 de setembro de 2023

Avaliado em: 31 de outubro de 2023

Aceito em: 08 de novembro de 2023